

39º Encontro Anual da ANPOCS

Caxambu, Outubro de 2015.

GT 11:

**Democracia na América Latina: política, cultura,
sociedade.**

**A recuperação política da
“matriz institucional”:
democratização e esquerda política
no Uruguai.**

**Carlos A. Gadea
Unisinos**

Resumo

A esquerda política uruguaia tem se constituído numa força política indispensável para a recuperação da “matriz institucional” histórica do país? E em que sentido, então, pode-se compreendê-la como a “continuação” política do outrora Partido Colorado, caracterizado por ter realizado os principais esforços de modernização económica e construção do Estado uruguaio? O presente texto procura refletir em torno a estas interrogações, trazendo à tona elementos característicos da história política do país, do tradicional Partido Colorado e da atual Frente Ampla, sob o olhar da institucionalidade e cultura política consolidada.

Palavras-chave

Institucionalidade política, Partido Colorado, Frente Ampla, Uruguai.

I

Introdução

No dia 5 de fevereiro de 1971 se funda, no Uruguai, uma força política denominada Frente Ampla. Partidos políticos historicamente de esquerda do país, como o Partido Comunista e o Partido Socialista, bem como movimentos políticos diversos e alguns setores vinculados aos sindicatos de trabalhadores, somados a cidadãos pertencentes aos quadros dos chamados “partidos tradicionais” (os mais velhos partidos do continente, o Partido Colorado e o Partido Blanco – ou Nacional), dariam forma a uma força política nova que, logo após a repressão e a proscrição durante o regime militar (1973-1985), governaria o país desde o ano de 2005 até o presente.

Uma das mais importantes características deste novo setor político, nascido da efervescência social dos anos 60, das variadas posições ideológicas de esquerda e centro-esquerda indica que, aparentemente, teria funcionado como um eficiente ator político-institucional, ao permitir a retomada da “matriz institucional” e da “cultura democrática” do país desenhada nos começos do século XX com o processo político denominado “batllismo”: etapa histórica conhecida pela gestão de governo das duas presidências de José Batlle y Ordoñez, pertencente ao tradicional Partido Colorado. O aqui exposto, justamente, pretende analisar em que medida se poderia considerar que a atual esquerda política do país (Frente Ampla), com seu agir e prática institucional, representa, de fato, a continuação da agenda política e de gestão de governo, em contextos históricos obviamente diferentes, do outrora Partido Colorado, não necessariamente contribuindo a elaborar, em profundidade, uma nova cultura política de esquerda. A Frente Ampla seria, então, o Partido Colorado do século XXI?

II

O contexto

Ao observar a trajetória política e social de um país como o Uruguai, é habitual buscarem-se explicações para a sua supostamente eficiente institucionalização política na existência de uma cultura democrática amplamente internalizada pela sua população.

O relato da “excepcionalidade” (Rico; 2005, p. 177) política no contexto regional, associado a uma série de episódios históricos e sociais, bem como a elementos da natureza (sua geografia, fertilidade do seu solo, clima temperado), tem sido constitutivo de uma semântica cultural que conseguiu, a través das gerações, inserir-se nos uruguaios como traço da identidade nacional e a própria vida democrática do país. Essa “excepcionalidade”, zelosamente transmitida desde fins do século XIX nas escolas e colégios do país, tem seus suportes em um diverso cardápio de elementos políticos e sociais, dos caprichos da natureza e da própria história: por exemplo, no caráter “fronteiriço” desde épocas coloniais, na sua capital Montevidéu como “porto natural” (a diferença do porto de Buenos Aires), na emigração europeia (concomitante a escassa população “nativa” indígena), no menor peso do conservadorismo da religião e da Igreja na vida política e social e no “mito” da revolução popular liderada por José Artigas nos inícios da luta contra Espanha, Portugal, Brasil e Buenos Aires. Como bem sustenta Rico (2005), estes atributos da “excepcionalidade” construíram um “continuum histórico” das instituições políticas, em que todo fenômeno emergente da sociedade se incorporaria por “agregação” ou “ampliação” à matriz originária, sem necessariamente modifica-la ou questiona-la.

Mas esta característica do Uruguai se alimenta, sem dúvida, da distribuição de um capital cultural e social consolidado em modelos modernizadores (econômicos e políticos) e racionalizadores (sociais e culturais) supostamente “exitosos”. Um Estado que “protegeria” os seus cidadãos e uma consequente “sacralização das instituições” (e dos seus valores coadjuvantes) acabariam por converter-se nos dois traços mais notáveis dessa cultura presumidamente moderna. Orgulhosos de tal reconhecimento, os uruguaios historicamente tenderam, assim, a dar soluções aos seus “desajustes” políticos e culturais conjunturais a partir da eventual “operacionalidade” de suas instituições, aportando, dessa forma, outros traços verdadeiramente significativos: um acentuado conservadorismo, e um excessivo ideário de segurança, certeza e confiança nas instituições (Rama, 1987). Na atualidade, essa dinâmica institucional e a confiança que a acompanha parecem persistir, ainda que com certos receios. A etapa histórica e política iniciada com a denominada “abertura democrática” do ano 1985 pode ser vista como portadora de uma série de sinais que questionam alguns dos postulados histórico-institucionais clássicos. Uma crise econômica inédita (como a vivida durante os anos 2002 e 2003) e uma paulatina e progressiva deterioração das condições de vida material

e cultural levaram ao Uruguai a uma disjuntiva institucional complexa: o inevitável revisionismo de sua exagerada autoestima legitimada na crença de ser uma sociedade democrática, tolerante frente à diferença e presumidamente igualitária.

Já com a “abertura democrática”, em meados dos anos 1980, a tradição política e a estabilidade institucional não puderam ocultar certos problemas que, com o decorrer do tempo, acabaram se traduzindo em um estado de ânimo de desencanto cada vez mais visível. Por exemplo, importa lembrar como, no ambiente democrático daqueles anos (1985-1989), vários movimentos sociais e culturais (de direitos humanos, juvenis, de associações de bairro, comunitários, ambientalistas, etc.) ganharam expressividade, mantendo certa autonomia frente ao sistema político; ainda que a falta de imaginação e uma percepção da prática política restrita aos canais institucionais mais clássicos de expressão tenham resultado no seu desaparecimento, ou, em alguns casos, na sua “absorção” por parte de setores e de partidos políticos de esquerda (Perelli e Rial, 1986). Essa tendência acabou por determinar um dos problemas e “desencantos” iniciais com o processo de democratização política: aquele que se refere à incapacidade e aos interesses práticos de um sistema político que não encontrou outra via senão a de buscar uma reacomodação da nova situação social, surgida no ambiente cultural e político de redemocratização, dentro da normatividade e institucionalidade política pré-existente; no lugar de tentar gerar uma nova normatividade para a nova situação real de poder social (Krischke e Gadea, 2000).

Façamos um exercício de memória: um dos sinais mais agudos disso foi a própria campanha de repressão policial durante o governo do presidente Julio María Sanguinetti (1985-1989), do Partido Colorado, que, através de “blitz” (*razzias*), detenções indiscriminadas e um suposto discurso de combate ao consumo de drogas, conseguiu gerar um forte descontentamento entre a população mais jovem (Bayce, 1989). Se o clima político era de “abertura” e de incipiente participação, no âmbito cultural ela não era tão visível, apesar do grande agito juvenil em torno do *rock* nacional. Se o movimento político era um fato, ele apresentou uma reconfiguração que acabou por reafirmar as estruturas políticas tradicionais, as estruturas partidárias e os alinhamentos políticos do período anterior à ditadura. Tudo aquilo que transgredisse tal lógica era simplesmente ignorado ou excluído e, no melhor dos casos, reformulado dentro de uma força política em crescimento, até aquele momento, também crítica dessa lógica política

e institucional: a Frente Ampla, a “esquerda política”. Sustentado no mito de uma história política estável, o sistema político uruguaio parte de um princípio de regulação e ordem normativa que somente atribui direitos representativos e de expressão àqueles representantes eleitos através de eleições políticas nacionais. Desse modo, todos os interesses sociais surgidos são definidos como grupos de pressão “clientelizáveis” e eventualmente deslegitimados, a não ser que se submetam à “mediação” do partido político ou do Estado (Rico, 2005).

Pode-se compreender que a denominada “abertura democrática” no Uruguai dá seus últimos passos no ano de 1989, com o plebiscito para deixar sem efeito a “*Ley de Caducidad de la pretensión punitiva del Estado*” (lei que permitia anistiar a militares e policiais vinculados aos atos de violação aos direitos humanos durante o período do governo cívico-militar, compreendido entre 1973 e 1985). Esse acontecimento acabaria sentenciando e reafirmando a bipolaridade política histórica do país. Como é sabido, o “voto amarelo” (a favor da lei) triunfou sobre o “voto verde” (apoiado pela intensa militância de muitos jovens em torno ao tema da violação dos direitos humanos), e o debate concernente às características gerais da “democracia re-emergente” inicia um complexo processo de saturação. A efervescência social gerada pela mobilização em prol do “voto verde” foi dando lugar, paulatinamente, ao esvaziamento do debate político e à apatia, ambas com sabor de desencanto. Forças sindicais cansadas e debilitadas, apesar do crescimento do nível de conflitividade social, uma esquerda política também anestesiada e muitos jovens militantes entram em um novo clima social e cultural, acompanhado de certas frustrações e de novos desejos pessoais. Já nos anos 1990, uma crescente indiferença política e a crise da militância tradicional de esquerda são sintomas claros do novo ambiente político. Finalmente, um “alívio” para os desmotivados ex-militantes veio com o triunfo eleitoral da Frente Ampla em Montevideu. Tabaré Vázquez, um médico oriundo do Partido Socialista, é eleito Prefeito de Montevideu, dando início à primeira administração política de um setor da esquerda do país. O que continua é o seu triunfo eleitoral em 2004 à presidência da República, e em 2009 de José “Pepe” Mujica, para novamente Tabaré Vázquez se tornar presidente do país em 2015.

III

A questão

É certo que a esquerda política uruguaia, simbolizada na Frente Ampla, transformou-se, no final dos anos 1990, na força política majoritária no país. Novos setores políticos e sociais aglutinaram suas forças na conformação de uma proposta eleitoral eclética que, na atualidade, resume-se no chamado *Encuentro Progresista - Frente Amplia - Nueva Mayoría*. É fácil notar que essa é uma esquerda política distinta daquela que se observava anos atrás, abandonando velhos clichês e comportamentos políticos de enfrentamento direto às “agências do capitalismo mundial”, como o FMI e o BID. Mais pragmática e mais experiente, propõe políticas de inserção econômica do pequeno país, da melhor maneira possível, no contexto regional e global. Em definitivo, destaca-se uma evolução programática e ideológica da Frente Ampla: as diferenças das propostas do ano de 1971 com as de 2004 demonstra a renovação da esquerda uruguaia, abandonando antigas plataformas discursivas ligadas ao desenvolvimentismo, o anti-imperialismo e o anti-oligarquismo, adquirindo uma visão “progressista” e de típico reformismo gradual (Yaffé, 2005). De certa maneira, a aliança com novos setores políticos, somado à experiência política de duas décadas, levou a um processo de “tradicionalização” do partido, supondo a moderação do “centro” político e a identificação da maioria do eleitorado como opção bastante alinhada à “matriz institucional” histórica do país.

O que se deve ressaltar é que a própria indiferença política e o desejo coadjuvante por reduzir a rigidez da burocracia e a institucionalidade historicamente consolidada são fatores que, entre outros, permitem esse crescimento rápido da esquerda política uruguaia, a identificação da população como uma “alternativa menos pior” (como dizem muitos cidadãos nas ruas) frente aos outros setores. Nada de uma necessária “consciência política”, militância em crescimento e, muito menos, de “jovens politizados”. Aqueles que, dentro da própria esquerda, acreditam nisso, ainda veem com velhos olhos esses novos contextos. Não tem sido, de fato, a capacidade de convocatória política e social em torno à militância tradicional o que determinou o crescimento potencial do eleitorado uruguaio de esquerda. Por isso, ela deve, também, ser entendida como parte desse clima social de “desencanto” de fins dos anos de 1990 e começos do novo século, desafio evidente para a atual lógica político-institucional do país.

Atendendo à evolução do voto da Frente Ampla, no ano de 1971 (ano da sua fundação) obteve o 18% da preferência eleitoral, evoluindo para o 21% nas eleições de 1984, no contexto da “abertura democrática”. Em 1994, a Frente Ampla teria o 29% dos votos, para em 1999 ascender, vertiginosamente, ao 39% das preferências eleitorais. No entanto, esses 39% não foram suficientes para ganhar a eleição, já que por regras eleitorais do país, os dois partidos tradicionais (o Partido Nacional e o Partido Colorado) juntariam seus votos, e em um segundo turno triunfariam sobre os votos da “esquerda”. Será na próxima eleição, no ano de 2004, quando a Frente Ampla triunfaria, em primeiro turno, nas eleições nacionais com o 50,45% dos votos. Certamente, trata-se de um triunfo significativo em si mesmo, mas que fundamentalmente indica uma mudança crucial no comportamento político e eleitoral do país: o histórico Partido Colorado obteria a pior votação da sua longa história, apenas chegando a um 10% dos votos. O decréscimo do Partido Colorado se tornou sintomático. Desta maneira, seria possível afirmar que foi a migração de votos do Partido Colorado para a Frente Ampla uma explicação possível acerca do triunfo eleitoral da “esquerda” no Uruguai? Certamente, uma resposta afirmativa não conseguiria explicar a totalidade deste complexo fenômeno.

Perante esta situação, permita-se lançar duas considerações sobre a atuação da esquerda política uruguaia: em primeiro lugar, que o atual espaço político de esquerda (cada dia menos homogêneo) é um claro “espaço de transição” político-cultural (no sentido de agendar uma cultura política diferente) na qual os mecanismos de expressão política e social deixam de ser instrumentalizados e canalizados a partir dos aparelhos institucionais e das práticas políticas tradicionais. O “novo contexto” político-social encontrará novos desafios, entre os quais um dos principais é a capacidade de lidar com novas construções discursivas e “mundos de vida”, por vezes profundamente autônomos dos desígnios institucionais e políticos legitimados. Haverá de se comprovar em que medida essa esquerda política - hoje no governo nacional -, que soube circular nas margens do sistema político nos anos 1970 e em grande parte dos 1980, é capaz de abalar a tendência estrutural de influenciar todas as formas de expressão social e cultural, sendo capaz de, simplesmente, ser mais uma partícipe de uma nova cultura política menos subordinada à rigidez da institucionalidade tradicional e histórica do país.

A segunda consideração pode estar situada na contracorrente do que seria supostamente observável dessa esquerda política (e da cultura política em geral), ao não pretender negligenciar um aspecto estrutural do processo político e histórico desse pequeno país. Nas condições históricas atuais, é possível supor que essa esquerda política, seguindo os ensinamentos de Braudel (1978) sobre os processos históricos de *longue durée*, materializa a “continuidade político-institucional” de uma forma política de proceder e de definir as tarefas do Estado tal qual tinha sido realizado pelo Partido Colorado no seu momento de maior influência no país (1905-1929) (Nahum, 1998). O Partido Colorado, sob as presidências de José Batlle e Ordoñez¹, no começo do século XX, foi portador de uma atuação política que não somente ampliou direitos sociais para a cidadania, senão que também deu corpo a uma estrutura estatal que podia ser considerada de vanguarda para a época, iniciando políticas de forte caráter socialdemocrata². Em grandes linhas, o Partido Colorado encarnava os interesses da ampla cidadania uruguaia, modelando uma estrutura social em cuja base se situava uma ampla classe média de funcionários, empregados de comércio, operários de fábricas e profissionais. Eis, aqui, a “matriz institucional” tomando forma.

Mas, como era de se supor, essa “aura socialdemocrata” não duraria muito tempo. Justamente, com a assunção do colorado Jorge Pacheco Areco em 1967 à Presidência da República, abrir-se-ia um processo de liquidação da cultura política instaurada pelo José Batlle y Ordoñez a começos do século XX, já deteriorada e agonizante desde a década de 1940 (Bayce; 1989, p. 21). Com Pacheco Areco começa a perfilar-se, de forma evidente, um caráter político autoritário e autocrático que afirmará a decadência de um acionar partidário característico do Partido Colorado. Pode-se dizer que o Partido Colorado, a partir deste momento, assumiria uma identidade política “conservadora” e menos condizente com as necessidades das grandes massas da população trabalhadora. Pacheco Areco tinha desenvolvido uma política que deixava nu o “batllismo” histórico, permitindo descontentamentos ao interior da sua força política. Assim, o eleitorado mais

¹ José Batlle y Ordoñez fue presidente do Uruguai entre os anos 1903 e 1907, e entre os anos 1911 e 1915.

² A gestão financeira (criação de Bancos), industrial (criação de empresas de energia elétrica e telefones em 1912) e comercial do Estado se constituiu em um elemento definitivo da relação entre a sociedade e o Estado no começo do século XX. No âmbito social, a “lei do divórcio” é do ano 1913, a de “oito horas” de trabalho do ano 1915 e a que outorga o direito ao sufrágio feminino é do ano 1932. Esse perfil político-ideológico ficou conhecido historicamente como “batllismo”.

“progressista” do Partido Colorado se sentiria órfão de um espaço político que dialogava com uma vida institucional e códigos de comportamento cidadão enraizado eleitoralmente. Para muitos, a “aura socialdemocrata” característica foi aparentemente abandonada nos anos 1960³, ocupando espaços que oscilavam entre sindicatos de trabalhadores, movimentos políticos de uma esquerda tímida em termos quantitativos e, de certo modo, entre alguns movimentos sociais que apelaram à luta armada para “tomar o poder” no final dos anos 1960 e início dos anos 1970.

De acordo com esse raciocínio, quando se escuta que a esquerda política atual deve tomar medidas que busquem reduzir as desigualdades salariais, dar acesso a determinados direitos sociais e à necessidade de uma ampla reforma do aparelho estatal (para torná-lo mais eficiente, sem perder poder de incidência nos destinos econômicos do país), parece que se está assistindo a um “continuum” histórico-temporal que transfigura o outrora Partido Colorado (e o seu “batllismo” político constitutivo) na atual Frente Ampla. Certamente, não são discursos ou iniciativas políticas concretas que permitem dizer que, em certo sentido, a Frente Ampla é a continuidade do Partido Colorado em situações históricas diferentes. É também o lugar que ela passou a assumir no repertório eleitoral e político do país, tomando como próprio um espaço discursivo (antes ocupado pelo tradicional Partido Colorado) que situa a figura do Estado no centro das atenções, interesses e perspectivas de futuro. É dessa forma que o sistema político e a institucionalidade do livre jogo democrático no país consegue retornar às suas fontes originais: a uma estrutura político-partidária que dá continuidade a um “ser nacional” que encontrou abrigo na força política de esquerda atual, a eclética Frente Ampla. Assim, a bipolaridade política continuaria vigente: deslocado a um terceiro lugar dentro das preferências do eleitorado (nas eleições de 2004 e de 2009), o Partido Colorado pareceria ainda insistir na busca de uma “nova identidade” política, inevitavelmente perdida para aqueles que souberam captar o capital político e social histórico do país.

IV

A experiência

³ O outro momento histórico no qual se encarnou uma aventura similar foi durante o denominado “neo-batllismo”, sob influência política de Luis Batlle Berres (sobrinho de José Batlle y Ordoñez) entre os anos 1947 e 1958.

Como bem sustenta Bayce (1989), a consolidação de uma primeira cultura política formal e moderna no Uruguai é coetânea à afirmação tardia do Estado, em sincronia com uma modernização social obtida por uma direção estatal “de cima”, de retórica e conteúdos liberais, mas de expansão democrática. Durante a gestão do presidente José Batlle y Ordoñez a começos do século XX fica evidente que o país gozava de certas vantagens comparativas com respeito a outros países da região, principalmente quando se compreende que entre os uruguaios não existia o antagonismo que dividia a cidadania, e que, eventualmente, poderia ameaçar o Estado. Em todo caso, as lutas entre facções políticas e as demandas dissidentes eram relativas à “coparticipação na gestão governamental”, às garantias perante a fraude eleitoral, ou contra abusos de corrupção na administração pública. No país não se tinham constituído, ainda, partidos ou grupos de interesse que questionassem “visões de mundo”, do Estado e dos interesses corporativos, como sim se manifestou em outras regiões do continente. Por isso, os interesses que dividiam a cidadania ameaçavam o governo, e não o Estado (*Idem*, p. 13). Isto leva a considerar que, no Uruguai, é a partir do Estado que se construiu uma institucionalização política (respeito ao marco legal constitucional), uma modernização social (por exemplo, na expansão de uma “escola pública” laica e obrigatória) e uma democratização liberal (direitos e liberdades políticas) com relativo êxito, unicamente questionadas após os anos de 1960 (com os “Tupamaros”⁴ e, posteriormente, com a “ditadura militar”).

Junto a uma gestão política que outorgava uma ampla diversidade de direitos políticos, sociais e econômicos à população do país, sob a premissa de que para o desenvolvimento de uma sociedade o Estado deve controlar aspectos centrais da economia (tornando-se uma entidade cuja função principal seria a redistribuição da riqueza), o que se conhece, historicamente, como “batllismo”, tendeu a elaborar um discurso tendente a construir “consensos” políticos e, assim, a inibir os conflitos internos do Partido Colorado. Da mesma maneira, a reduzir as asperezas com o Partido Nacional, de forte enraizamento no meio rural do país. “Colorados” e “nacionalistas” (ou “blancos”) se inseririam no discurso “institucionalista” do presidente Batlle y Ordoñez, que enfatizava a “paz social”, o respeito aos direitos individuais e, em especial, a submissão da cidadania à “lei”. É aqui que, justamente, pode-se desprender a

⁴ Trata-se do nome do conhecido movimento político armado de esquerda (Movimiento de Liberación Nacional “Tupamaros”) que atuou no Uruguai nos anos ’60 e começos dos anos ’70.

série de “mitos” característicos do “imaginário político” uruguaio até os anos de 1970. Justamente, Perelli e Rial (1986, p. 22) afirmariam, de maneira interessante, que seriam quatro os “mitos” mais importantes a serem considerados: em primeiro lugar, o “mito da mediania” ou da “estabilidade social”. Como já foi mencionado, a começos do século XX se criou um Estado “assistencial” e protetor dos setores subalternos da sociedade, favorecendo a criação de camadas médias, e de valores culturais próprios. A “estabilidade social” alcançada seria muito alta, favorecendo a visão política da predominância dos setores médios na sociedade, em detrimento das camadas subalternas, à que muitas vezes se assistia com desconfiança. Houve, então, uma aceitação implícita do marco de ação sociopolítico legitimado e vigente, e cujos estratos altos da sociedade conseguiam vê-lo como funcional aos seus interesses práticos.

Em segundo lugar, aparece o “mito da diferenciação” cultural. Neste sentido, a “identidade uruguaia” era entendida como “especial” no contorno dos países da região. Política, cultural e “etnicamente” diferenciado do resto dos países latino-americanos, o país assumia sua pretendida “superioridade” pelo avançado da sua legislação, pela homogeneidade étnica da sua população (com prevalência dos “brancos” sobre os indígenas) e pela integração social conseguida (a “assimilação” dos migrantes europeus foi de notória importância). O uruguaio se veria “europeizado”, embora longe da Europa e suas guerras e instabilidade política, e longe da América Latina, cujos países não podiam oferecer a mesma assistência e proteção aos seus cidadãos. O terceiro “mito” é o do “consenso”, o da “lei impessoal” que se impõe (*Idem*, p. 23). Trata-se de um imaginário político que se nutre do “mito da democracia”, do “mito da ordem”, coadjuvante à sustentação do estado de direito e do respeito às regras. A democracia era tomada como “regra do jogo” político; no entanto, sem a inevitável capacidade de excluir o clientelismo e o apadrinhamento político em instancias importantes da vida social do país. O quarto “mito” refere à “cultura” da população uruguaia: o Uruguai como país de “culturosos” (*Idem*, p. 24). “Cuando se puso en marcha el estado asistencial, uno de los objetivos fundamentales fue lograr que la masa subalterna tuviese, en primer término, acceso a una total alfabetización, que sus capas medias fueran lo suficientemente educadas como para distinguir a este país precisamente por ese hecho: por el alto grado de su cultura, mediocre, pero suficientemente niveladora e igualadora. Era ésta una forma ‘económica’ de hacer aumentar el auto-respeto de esas

clases medias, de afirmar sus valores, y tratar que éstos permearan al conjunto de la sociedad” (*Idem*).

Estes quatro “mitos” confluíam na enorme importância dada ao Estado como organizador e gestor da vida coletiva do país. Ao mesmo tempo, a considerar de grande importância a clássica noção de “sociedad amortiguadora” (Real de Azua, 1984), “tipo ideal” que denota, no caso do Uruguai, a preexistência de um capital social que permitiria que os eventuais conflitos sociais emergentes não pudessem chegar a “explodir”, devido a compromissos ou acordos *a prioristicamente* instituídos pela sociedade. “Amortecendo” as demandas ou energias políticas “radicais”, a “ideia de sociedade” prevalecia na operacionalidade dos “mitos” nas práticas políticas e sociais cotidianas. “Así, a una ‘sociedad amortiguadora’ que ‘racionaliza las diferencias’ y evita los ‘catastrofismos’, ‘extremismos’ o ‘revoluciones’ le corresponde un sistema político estructurado por ‘agregación de intereses’, basado en ‘equilibrios mutuos’, ‘favores clientelísticos’, la ‘juridización de las relaciones sociales’ o el ‘adelantamiento de la legislación social’. Así, los rasgos de una ‘sociedad de iguales’ e ‘hiperintegrada’ serán causa y consecuencia, a la vez, de las formas de movilidad social de tipo ‘meritocrática’ y/o ‘migrante’. O, la sociedad ‘construida desde el Estado’ tendrá su correlato político en el Estado ‘de compromiso’” (Rico, 2005, p. 185).

A tese da “sociedad amortiguadora” de Real de Azua (1984) sobre o Uruguai se sustenta na histórica importância atribuída à cultura política própria das “camadas médias” da população. Isto fica evidente, como afirmam Perelli e Rial (1986, p. 39), quando se percebe que a suposta “ação antecipatória” das demandas sociais por parte do Estado não unicamente apontou a criar a sensação de “plenitude” e conformidade por parte da cidadania, senão também a conduzir a afirmar valores próprios das “classes médias”, oscilantes entre a “utopia” e o “conservadorismo”. Certamente, acentuar os valores de “classe média” que permeassem o conjunto da sociedade representaria diluir eventuais conflitos de classe ou de grupos, tensões sociais diversas e críticas advindas da esfera cultural, materializando na figura do Estado um papel central na proteção da sociedade. Aqui radica, justamente, o principal gesto favorável para o estabelecimento de um projeto “antecipatório” de país, de “estilo consensual” no relacionamento político, que conduziria a uma forte “batllistização da sociedade” uruguaia (*Idem*, p. 40). O que se pretende ressaltar aqui é que, não unicamente, deve-se compreender o processo

histórico constitutivo da sociedade civil do país como inerente das esferas políticas ou institucionais, recintos dos destinos coletivos em matéria dos direitos e da consolidação de uma cidadania. Por “batllistização da sociedade” se deve entender a “internalização” por parte da população, no geral, de uma ideologia que aceita o “paternalismo” estatal (considerando-o como antecessor da existência de uma eventual sociedade civil), de uma “sensibilidade tolerante”, laicista e de forte viés universalista, conteúdos culturais que operariam como “mentalidade coletiva” na cidadania.

No entanto, com as crises de prosperidade econômica nos anos de 1950 (na medida em que a matriz produtiva do país, ancorada na exportação de matérias primas de origem pecuária, não está adequada à competitividade do mercado internacional), o Estado protagonizaria uma insuficiência crescente na capacidade de satisfazer as demandas da sociedade. Como resultado, as demandas pareceriam “corporativizar a sociedade”, gerando-se uma necessidade cidadã de competir pela escassez dos favores políticos. Assim, a “descorporativización de la sociedad civil intentada por Batlle y Ordoñez por medio de una politización de lo privado sucede una reincorporativización de la sociedad civil y una privatización de lo político” (Bayce; 1988, p. 21), levando ao Estado a perder força e autonomia com relação à sociedade: em compensação, o Estado incrementaria seu “clientelismo” sob outras características, talvez mais perversas, que terminariam deslegitimando seu papel de “protetor” da população.

Como consequência, certas transformações ao interior do sistema político começam a se manifestar. As simples diferenças políticas começam a serem tratadas como antagonismos construídos ao interior dos partidos políticos tradicionais do país. Eventuais posicionamentos “progressistas” e “conservadores” se manifestariam tanto no Partido Colorado como no Partido Nacional, conduzindo a uma crise no “imaginário batllista” político e social clássico. Assim, uma evidente deslegitimação do Estado e do governo e uma “clientelização” política cada vez mais recorrente (os denominados “Clubes políticos” cumpriram um papel central nisso) deram o tom dos novos tempos da democracia uruguaia nos anos de 1960. No entanto, o mais importante ia se manifestar na correlação historicamente construída entre a esfera institucional e a cotidianidade da população: a aparente “desbatllistização do Estado” tem como correlato a permanência do “batllismo” no imaginário dos uruguaios; narrativa que concentraria, eficientemente, os “mitos” estruturantes do moderno Estado e a sua

cidadania “diferenciada”. Por tal motivo, “entre la “desbatllistizaci3n” del Estado y el batllismo mental de la ciudadan3a, acab3 por configurar (se), a lo largo del proceso, una disonancia cognitiva fuertemente isot3pica. Con la aparici3n del estado como alteridad se instauran otras alteridades” (Perelli e Rial; 1986, p. 42), uma forte fratura daquele excessivo ide3rio de segurança, certeza e confiança nas instituiç3es, bem como o aparecimento de reaç3es sociais e pol3ticas de diversas caracter3sticas. Neste contexto, a emigraç3o por motivos econ3micos foi uma primeira resposta vis3vel: em uma d3cada, o pa3s perdeu 10% da sua populaç3o, e quase o 20% da populaç3o economicamente ativa (*Idem*). Por outro lado, o radicalismo pol3tico se fez presente sem contenç3es institucionais poss3veis: nas mobilizaç3es de sindicatos de trabalhadores e de estudantes, na “guerrilha urbana” (“Tupamaros”) e, simultaneamente, nos grupos pol3ticos de “extrema direita”. O fim dos anos de 1960 desenhava um pa3s “desbatllistizado” institucionalmente, mas com a sobreviv3ncia nas redes de sociabilidades cotidianas do imagin3rio batllista fortemente internalizado. Seria, conseqüentemente, a efervesc3ncia pol3tica destes anos uma tentativa por “recuperar” o projeto pol3tico historicamente constitutivo do Uruguai, centrado em um Estado que 3 “garantia” do exerc3cio da cidadania e, fundamentalmente, o “marco de referencia” para o desenvolvimento pessoal na esfera privada dos cidad3es? Como a esquerda pol3tica do pa3s se posicionou, desde a sua formaç3o, perante este fen3meno pol3tico e cultural?

V As origens

Para Demasi (2006), a Frente Ampla, enquanto setor pol3tico “novo” no contexto dos anos de 1970, n3o poderia funcionar (nem existir) se n3o conseguisse captar o setor batllista do Partido Colorado; assim como o setor “mais progressista” do Partido Nacional. Isto se devia, em grande parte, a que a fins dos anos de 1960 era muito mais forte a “ades3o emocional” do eleitorado do que a “tradiç3o partid3ria”, do que a “ades3o racional” a um programa pol3tico. Assim, para muitos “colorados”, era poss3vel invocar figuras pol3ticas do passado e transfigura-las, sem constrangimentos, em posicionamentos pol3ticos de esquerda, superando, ent3o, algum tipo de barreira partid3ria intranspon3vel. Em definitivo, tornava-se poss3vel invocar a Jos3 Batlle y Ordoñez, por exemplo, e estar fora do Partido Colorado.

Um fator importante neste movimento do eleitorado, e de alguns líderes do “batllismo” no Partido Colorado, foi o posicionamento político assumido durante a presidência do também “colorado” Jorge Pacheco Areco. Ao ter desenvolvido uma política entendida como “antibatllista”, Pacheco Areco terminou permitindo um “voto crítico” entre os eleitores “colorados”, um eleitorado menos dependente do Partido e dos seus candidatos, gerando-se, também, algo inevitável: setores “batllistas” se separariam do Partido Colorado, levando consigo um capital eleitoral qualitativamente ativo (embora, numericamente, não de tanta expressão). Assim, os dirigentes políticos “colorados” Zelmari Michelini, Renán Rodríguez e Hugo Batalla, por exemplo, fundariam a chapa “99” dentro do Partido, para logo no ano de 1971 fazer parte da fundação da Frente Ampla junto com outros integrantes do Partido: Enrique Rodríguez Fabregat e Alba Roballo, sem esquecer-se de quem ocuparia a presidência do novo setor político de esquerda: o General Líber Seregni. Tanto os dirigentes políticos “colorados” como os “nacionalistas” (ou “blancos”) ficariam bem integrados na Frente Ampla. Seus setores políticos manteriam suas identidades como “colorados” ou “nacionalistas” dentro da nova força política, para logo criar-se uma identidade “frenteamplista colorada” ou “frenteamplista blanca”, algo que, na atualidade, ficaria praticamente diluída: o “frenteampalismo”, enquanto imaginário político, terminaria dando uma identidade mais coesa e funcional à Frente Ampla.

No entanto, o “frenteampalismo” não se consolidou para além dos horizontes políticos históricos do país. Não foram os preceitos próprios do Partido Comunista, do Partido Socialista, ou de outros diferentes setores políticos oriundos de estruturas ideológicas eminentemente de esquerda, os que dariam sustento político à ação e à gestão de governo em momentos em que a Frente Ampla teve que assumir esse papel. Sem dúvida, muito importante foi a militância política advinda dessas estruturas partidárias, como, por exemplo, do próprio Movimento de Participação Popular (MPP) liderado pelo ex-presidente José “Pepe” Mujica nos anos de 1990 e nos começos dos anos 2000. Certamente, a ascensão do Mujica à presidência em 2010 teve como antecedente a inserção de uma agenda política particular sob a militância de alguns setores da esquerda política e da Frente Ampla. Mas, uma coisa é própria das narrativas políticas que a esquerda construiu para si no interior da Frente Ampla e outra, muito distinta, seria o agir nas estruturas do Poder Executivo do país. Neste sentido, o “frenteampalismo” se encontraria, continuamente, na disjuntiva de “compreender-se” em

cenários complexos da realidade institucional: como próprio da retórica de esquerda, ou como inerente a justificar medidas de ação político-administrativas que podem até “ferir” sensibilidades ao seu interior. Mas o “frenteampalismo” subsistiria: para alguns, por exemplo, na estética (e a ética) e no discurso de “Pepe” Mujica; enquanto, na realidade, parece se materializar, cabalmente, na característica de como conduzir um governo e pensar a gestão do Estado que “se encontra” com o seu mais fiel rosto.

Consequentemente, resulta pouco convincente deduzir que a Frente Ampla deva seu crescimento eleitoral à sua “abertura ao centro” político, reduzindo eventuais temores da população do que seria um governo de esquerda. O discurso da suposta “moderação discursiva” que a Frente Ampla teve que assumir, abandonando as implicações do que seria uma identidade de esquerda, não parece convincente quando este setor político se insere na história política institucional do país. O que se afirma, aqui, é que não há contradição nenhuma entre uma Frente Ampla anterior aos anos 2000 com a do presente, na medida em que não se tinha manifestado, de maneira clara, um posicionamento político que denotasse levar a frente uma transformação da matriz económica (liberalismo), política (o “estadocentrismo”) e social (a “batllistização”). Tratou-se, sempre, de uma força política que “asume las mejores tradiciones uruguayas para construir un Uruguay mejor”⁵; um espaço político do eleitorado que, no fundo, resignificaria os “imaginários nacionais” e a cultura democrática historicamente construída. Em definitivo, afirma-se que, na verdade, o relativo êxito político e o inquestionável êxito eleitoral da Frente Ampla são proporcionais à sua aproximação do imaginário político enraizado no sentido cotidianamente atribuído à cidadania, na recuperação política da “matriz institucional”.

Contribuindo com esta linha de argumentação, recentemente o ex-integrante do Movimento “Tupamaros” Jorge Zabalza, em entrevista de rádio⁶, manifestaria que os governos da Frente Ampla contribuíram com o aumento dos lucros económicos dos

⁵ Parte do discurso do líder e fundador da Frente Ampla, General Líber Seregni, o 26 de março de 1971. Ver “El Pueblo unido”, Portal [montevideo.com.uy](http://www.montevideo.com.uy) (Acesso: 20 de agosto de 2015). Link: <http://www.montevideo.com.uy/auc.aspx?11365>

⁶ Zabalza, Jorge: “El proyecto que llevó al Frente Amplio al gobierno se agotó”, Rádio El Espectador, 10 de setembro de 2015 (Acesso: 21 de agosto de 2015). Link: <http://www.espectador.com/politica/322992/zabalza-el-proyecto-que-llevo-al-frente-amplio-al-gobierno-se-agoto>

bancos e dos produtores rurais, para finalmente sentenciar que o projeto político que conduziu à Frente Ampla ao governo estaria esgotado. Afirma, inclusive, que na última eleição, o seu triunfo eleitoral não se correspondeu pelo voto dos cidadãos por um projeto, por um programa de governo, e sim para evitar o avanço dos outros dois candidatos da oposição: Luis Lacalle Pou (pelo Partido Nacional) e Pedro Bordaberry (pelo Partido Colorado). Também afirmaria que a Frente Ampla vivencia, na atualidade, certas contradições políticas internas, como as materializadas nas discussões sobre o TISA (Acordo de Comércio em Serviços com os Estados Unidos). No entanto, interessante é destacar que estas observações, embora importantes, não conseguem transcender uma leitura da Frente Ampla que é necessária abandonar. Atribuir-lhe à Frente Ampla, *a priori*, uma identidade política concomitante a uma visão e ideologia política de esquerda, esperando-se, assim, determinados posicionamentos na gestão de governo, são próprios de um exercício analítico também esgotado. Qual seria, concretamente, o “projeto” político que se esgotou? Não se tratou, em definitivo, de uma série de visões políticas atribuíveis ao que se considera “esquerda política”? Certamente, o ponto de partida das reflexões neste texto se dirige em outra direção, transcendendo o *a priori* que definiria uma força política de esquerda desde as suas narrativas dos últimos 30 anos. Por isso, Zabalza só conseguiu observar uma parte do assunto: não considerou, talvez, que a Frente Ampla, em definitivo, seja quem tomou para si aquele espaço político que materializa a “matriz institucional” do país.

V O desenlace

Nas eleições do ano de 2014, o Partido Colorado, liderado por Pedro Bordaberry, sofreria um novo revés político. Apesar de tentativas, nos últimos anos, por dar “novos ares” ao velho Partido Colorado, a candidatura de Bordaberry apenas passaria o 12% das preferências da cidadania. Isto evidencia não unicamente uma crise eleitoral concreta, mas sim uma crise ao interior de um Partido que não consegue se rearticular política e eleitoralmente desde a eleição nacional de 2004. A tarefa de Bordaberry teria sido “fazer retornar” o voto “colorado” e “batllista” ao Partido, sem obter nenhum resultado concreto. Muito pelo contrário, terminaram se abrindo, novamente, fraturas inquestionáveis, visíveis com: a resistência ao predomínio de Bordaberry no Partido por

parte de velhos líderes, como Tabaré Vieira e José Amorín Batlle; a deserção de um jovem deputado que tinha sido um forte aliado no começo da sua candidatura, Fernando Amaro, e o afastamento do conhecido político Ope Paquet das suas fileiras políticas. Com isso, desenhava-se um movimento interno de inflexão política significativo na tentativa por tornar possível um “renascimento da tradição batllista”. Tem-se compreendido, certamente, que o Partido Colorado deveria transitar para uma recuperação de uma identidade perdida ou abandonada, constatando-se que, em definitivo, teria sido a Frente Ampla quem tinha ocupado o seu espaço eleitoral, as suas bases sociais, que alguma vez já teriam sido “coloradas” e “batllistas”. Assim, parece evidente que o fracasso “colorado” é o resultado do deslocamento para a Frente Ampla da “aura socialdemocrata” histórica do país; mas não só isso: não só a Frente Ampla o deslocou do seu lugar tradicional no eixo esquerda-direita, senão que também o esvaziou das suas bases sociais clássicas, da população urbana, daqueles menos favorecidos das periferias, de todos aqueles que permanentemente fazem referência à vocação por justiça social no protagonismo do Estado na vida coletiva.

O que está em questão, novamente, é como é ocupado (e por quem) aquele espaço da “institucionalidade” na vida política do país; de quem seria a narrativa constitutiva de um “ser nacional” que se materializa na “narrativa do Estado”. Dilema que se relaciona com aquela sentença de que a construção da sociedade uruguaia se deu desde o Estado, e as formas da inclusão dentro da ordem vistas “de cima”. Como afirma Rico (2005, p. 176), o paradigma estadocêntrico é uma forma de institucionalizar a sociedade e seus sujeitos a partir das narrativas do Estado, de construir discursivamente o sentido do social através da capacidade por limitar a autonomia do social dentro dos marcos da autoridade do estatal-instituído. Rico (*Idem*, p. 177) continuaria dizendo que: “Tal ‘estatalización’ de lo social, lejos de ser un mero posicionamiento teórico, incidirá directamente en los procesos políticos reales, a la hora de determinar y limitar, por el Estado y la clase gobernante, los márgenes de la protesta social, la capacidad instituyente de los sujetos no estatales, los límites de la politización y el conflicto social. Así sucedió en los años sesenta y setenta del siglo pasado, camino al autoritarismo; y así sucedió, luego, a la salida de la dictadura, hacia fines de los años ochenta y principio de los noventa (...)”.

Na atualidade, as constatações de Rico (2005) não parecem perder vigência. Pensem-se nos atuais conflitos pelo orçamento em educação entre o governo de Tabaré Vasquez, os professores e os estudantes. A violência policial sofrida por jovens secundaristas que ocupavam o prédio do Conselho de Educação no dia 23 de setembro de 2015 não deixa dúvidas sobre a série de episódios políticos recentes resolvidos pelo atual governo da Frente Ampla. O Ministro do Interior, um ex-integrante do Movimento “Tupamaros”, Eduardo Bonomi, teria dado a ordem de enviar a “Guarda Republicana” (polícia militarizada) para a desocupação do prédio na madrugada, gerando-se incidentes violentos, detenções, feridos e uma onda midiática pouco favorável à ação do governo. No entanto, como bem afirma o jornalista Gabriel Delacoste⁷, a cidadania uruguaia parece assumir um sentimento de “desconfiança” no governo de Tabaré Vasquez. Nesse clima político, muitos jovens vêm se socializando e realizando certos aprendizados políticos a partir deste tipo de conflitos, radicalizando suas posições e até deslegitimando a Frente Ampla como espaço político de esquerda. Frustrações vêm se acumulando com o governo quando opta por não escutar as demandas sociais de vários setores, como os educadores, os estudantes, a comunidade homossexual, os partidários da regulamentação da maconha, os microempreendedores, e os que demandavam a saída do Ministério de Defesa Nacional de um ministro que tem se manifestado, reiteradamente, com agressões verbais a organizações de defesa dos direitos humanos.

Não se trata de avaliar, aqui, sobre a pertinência ou não destas iniciativas por parte de setores consideráveis da população, e sim de mencionar episódios recentes que parecem demonstrar como a atuação do governo se alinha na tarefa por redirecionar, disciplinarmente, a sociedade que se mobiliza contra as regras do jogo político. Regras que não só evidenciam a legitimidade de uma ordem democrática estritamente “representacional” por parte de “políticos profissionais”, senão que evidenciam como para a cidadania uruguaia todo conflito social e político emergente se interpreta como sendo “contra o Estado”, no lugar de adjudicar-lhe uma crítica direta ao governo. Sendo mais claro: todo conflito social que se direciona contra determinada posição ou ação do governo é, na realidade, entendido como sintomático de um questionamento ao Estado historicamente “construído por todos” (de todos e para todos), a uma crítica visceral da

⁷ Gabriel Delacoste, “Que se detenga”, Revista Brecha, 24 de setembro de 2015 (Acesso em 24 de setembro de 2015). Link: <http://brecha.com.uy/que-se-detenga/>

“autoridade do estatal-instituído”. Por isso, nesta linha argumentativa, pouco importa se no governo estão os representantes do Partido Colorado ou da Frente Ampla. Tanto faz o governo de turno. Se a polícia é acionada para reprimir conflitos “fora de controle”, a sua legitimidade descansa na defesa de um Estado de Direito que se sustenta no velho imaginário “batllista”: em um Estado que tem substituído a ausência de uma “nação fundacional” e, fundamentalmente, em um “ideal de democracia” que se exerce pela “articulação” dos espaços políticos e sociais com o Estado, e não com base a sua “autonomia”. Por isso, na “matriz institucional” uruguaia, o Estado e a sociedade se fundem (e confundem) num mesmo destino político, aquele que nasceu com José Batlle y Ordoñez, com o Partido Colorado no século XX, e que no século XXI adquire sua forma na atual Frente Ampla, a “esquerda à la uruguaia” do Partido Colorado.

Bibliografia

- BAYCE, R. (1989). **Cultura política uruguaya: desde Batlle hasta 1988**. Montevideo: Ed. Fondo de Cultura Universitaria.
- BRAUDEL, F. (1978). **Escritos sobre a História**. São Paulo: Perspectiva.
- DELACOSTE, G. (2015). “Que se detenga”. **Revista Brecha**. Montevideo, 24 de setembro de 2015 (Link: <http://brecha.com.uy/que-se-detenga/>)
- DEMASI, C. (2006). **Blancos y colorados en la creación del Frente Amplio**. Montevideo: Cuaderno N° 33, Fundación Vivian Trias.
- KRISCHKE, P. & GADEA, C.A. (2000). “Novos movimentos sociais no Brasil contemporâneo: debate teórico e comparações históricas”. **Cadernos de Pesquisa Interdisciplinar em Ciências Humanas**. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, novembro - N° 10.
- NAHUM, B. (1998, orig. 1975). **Historia uruguaya. La época batllista: 1905-1929**. Montevideo: Ed. Banda Oriental.
- PERELLI, C.& RIAL, J. (1986). **De mitos y memorias políticas: la represión, el miedo y después...**, Montevideo: Ed. Banda Oriental.
- RAMA, G. (1987). **La democracia en Uruguay. Una perspectiva de interpretación**. Buenos Aires: Ed. Grupo Editor Latinoamericano.

REAL DE AZUA, C. (1984). **Uruguay. ¿Una sociedad amortiguadora?**. Montevideo: Ed. Banda Oriental.

RICO, Á. (2005). **Cómo nos gobierna la clase gobernante. Orden político y obediencia social en la democracia posdictadura: Uruguay 1985-2005**. Montevideo: Ed. Trilce.

SEREGNI, L. (1971). “El Pueblo unido. Discurso del General Líber Seregni el 26 de marzo de 1971”. **Portal** www.montevideo.com.uy. Link: <http://www.montevideo.com.uy/auc.aspx?11365>

YAFFÉ, J. (2005). **Al centro y adentro. La renovación de la izquierda y el triunfo del Frente Amplio en Uruguay**.

ZABALZA, J. “El proyecto que llevó al Frente Amplio al gobierno se agotó”. **Portal El Espectador**, 10 de setiembre de 2015. Link: <http://www.espectador.com/politica/322992/zabalza-el-proyecto-que-llevo-al-frente-amplio-al-gobierno-se-agoto>